



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007537-08.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Exequente: **Rodinei Nunes da Silva**
 Executado: **OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

VISTOS,

Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença.

Aduz a impugnante OMNI S/A que já compensou o valor executado no contrato em aberto, de forma que se considera garantido o juízo na propositura da presente impugnação. O exequente deu início a fase de cumprimento de sentença, objetivando o pagamento da quantia de R\$ 583,02. Ocorre que, seu pleito improcede. Após o trânsito em julgado na ação revisional do contrato em comento, a financeira cumpriu de forma espontânea sua obrigação, uma vez que efetuou a compensação do valor apurado como indevido no contrato em aberto. O exequente discordou do cálculo apresentado pela executada, limitando-se tão somente a alegar que eram unilaterais, e, portanto, sem validade e sem ao menos informar onde residia a controvérsia. Desta feita, foi determinada remessa a contadoria que ratificou

0007537-08.2017.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

os cálculos apresentados pela executada, apresentando uma diferença mínima de R\$11,36, decorrentes dos indices de atualização. Dito isto, salienta-se que junto com os cálculos apresentados pela executada e ratificados pela contadoria, restou comprovado que o autor adimpliu apenas 30 parcelas, quando o contrato previa a contraprestação em 48, ou seja, há 18 parcelas inadimplidas. Sendo assim, verifica-se a hipótese de compensação haja vista que o exequente/impugnado não quitou o contrato objeto desta revisional. Desta feita, não há que se falar em valores a serem restituídos e, sim, valores a serem compensados no contrato em aberto. Conforme detalhamento de parcelas atrasadas, no momento da juntada da mesma, a dívida após adequação das decisões desta demanda era de R\$ 5.885,54. Portanto, é evidente que a quantia apurada deve ser compensada no contrato e não restituída ao exequente/impugnado, sob pena de incorrer este no enriquecimento ilícito.

Sem manifestação da impugnada (certidão de fls.48).

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decido.

Assiste razão à impugnante.

O silêncio da impugnada reforça essa convicção do Juízo.

A compensação de valores pleiteada pelo devedor, ora impugnante, insere-se na modalidade de compensação legal, realizada a pedido do interessado, operando-se ainda que a outra parte com ela não concorde, conforme predica o art. 368 do CC (“Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.”).

Nesse sentido, ensina Washington de Barros Monteiro: “A


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

compensação é legal, convencional ou judicial. É legal, quando promana da lei; ela independe da vontade das partes e opera ainda que uma das partes se oponha. (...) Finalmente, é judicial, quando realizada em juízo pela autoridade judiciária, nos casos legais. Esta última espécie inclui-se na compensação legal. A compensação legal não pode ser declarada *ex officio*; cumpre ao interessado alegá-la na fase própria do processo.” (In: *Curso de Direito Civil*. São Paulo, Saraiva, 1985, pp. 302/303).

Ora, sendo as dívidas do impugnante e do impugnado líquidas, homogêneas e exigíveis, a compensação entre elas é de rigor.

De qualquer modo, pelos cálculos da impugnante, ela ainda é credora do impugnado, de forma que era de todo indevido o cumprimento de sentença. O exequente, que deve mais do que é credor, não poderia sem pagar seu débito cobrar a parte adversa.

Destarte, com fundamento no art.525, §1º, VII, do NCPC, julgo procedente a impugnação para reconhecer como quitado o débito da impugnante, que já foi compensado no saldo devedor do impugnado em aberto, julgando extinto o cumprimento de sentença (art.924, III, NCPC).

Dado o princípio da causalidade, condeno a impugnada ao pagamento de honorários à impugnante que arbitro, nos termos do art.85, §8º, NCPC, em R\$800,00.

P.Intimem-se.

São Carlos, 23 de novembro de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA
LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**